



**FACULDADE DE DIREITO “PROF. JACY DE ASSIS”
COLEGIADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO**

PLANO DE ENSINO

1. IDENTIFICAÇÃO

COMPONENTE CURRICULAR: Direito Tributário				
UNIDADE OFERTANTE: Faculdade de Direito “Prof. Jacy de Assis”				
CÓDIGO: FADIR31906		PERÍODO/SÉRIE: 9º Período		TURMA: A
CARGA HORÁRIA			NATUREZA	
TEÓRICA: 60h/a	PRÁTICA: -	TOTAL: 60h/a	OBRIGATÓRIA: (X)	OPTATIVA: ()
PROFESSOR(A): Prof ^{ra} . Dra. Marcela Cunha Guimarães				ANO/SEMESTRE: 2026-2
OBSERVAÇÕES: -				

2. EMENTA

Direito Tributário. Tributo. Fontes do Direito Tributário. Vigência, aplicação e interpretação da legislação tributária. Princípios Constitucionais Tributários. Competência Tributária. Imunidades tributárias. Norma Tributária. Obrigação Tributária. Constituição do Crédito Tributário. Suspensão, Extinção e Exclusão do Crédito Tributário. Infrações e sanções tributárias. Garantias e privilégio do crédito Tributário. Administração tributária. Reforma Tributária: Emenda Constitucional n. 132/2023 e Lei Complementar n. 214/2025.

3. JUSTIFICATIVA

Conhecer o direito tributário positivo de forma sistemática, notadamente sob a ótica constitucional e complementar, bem como sua interpretação e aplicação, de modo a oferecer ao estudante instrumentos para os problemas que a vida profissional irá lhe impor, aliando-se assim a ciência com a experiência.

4. OBJETIVOS

Proporcionar o conhecimento da atuação dos Entes Tributantes no que diz respeito à instituição, constituição, fiscalização e administração dos tributos. Assim, será objeto de estudo o sistema normativo tributário, tendo como pilar a Constituição Federal, como norma estrutural, outorgando e limitando as competências tributárias, e o Código Tributário Nacional como norma geral de direito tributário.

5. PROGRAMA



MÓDULO I – FUNDAMENTOS DO DIREITO TRIBUTÁRIO

UNIDADE 1 - Compreendendo o Direito Tributário e seu objeto de estudo e a estruturação da normativa

UNIDADE 2 - Definição de Tributo

UNIDADE 3 - Regra Matriz de Incidência Tributária

MÓDULO II – SISTEMA CONSTITUCIONAL TRIBUTÁRIO

UNIDADE 4 - Espécies Tributárias no Sistema Constitucional Tributário

4.1 - Classificação dos tributos em espécies

4.1.1 - *Critérios de classificação: vinculação, destinação e devolução*

4.1.2 - *Correntes tripartite e pentapartite*

4.2 - Os tributos na Constituição Federal após a Reforma Tributária

4.3 - O que muda com a Reforma Tributária (EC n. 132/2023, LC n. 214/2025 e LC n. 227/2026): noções gerais

4.3.1 - *O modelo do IVA Dual: IBS e CBS*

4.3.2 - *Imposto Seletivo*

4.3.3 - *Regras de transição*

4.4 - Espécies Tributárias na Constituição Federal de 1988

4.4.1 - *Impostos*

4.4.2 - *Taxas*

4.4.3 - *Contribuição de Melhoria*

4.4.4 - *Empréstimo Compulsório*

4.4.5 - *Contribuições Especiais*

4.4.5.1 - *Contribuições sociais/previdenciárias*

4.4.5.2 - *Contribuição social residual*

4.4.5.3 - *Contribuições de intervenção no domínio econômico (CIDE)*

4.4.5.4 - *Contribuições de interesse das categorias profissionais ou econômicas*

4.4.5.5 - *Contribuição para o custeio, a expansão e a melhoria do serviço de iluminação pública e de sistemas de monitoramento para segurança e preservação de logradouros públicos*

4.5 - Outras classificações dos tributos

UNIDADE 5 - Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar

5.1 - Princípios

5.2 - Imunidades

MÓDULO III – NORMAS GERAIS DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL

UNIDADE 6 - Fontes do Direito Tributário

UNIDADE 7 - Interpretação, Aplicação, Vigência e Integração da Legislação Tributária

UNIDADE 8 - Análise da Fenomenologia da Incidência Tributária

UNIDADE 9 - Fato Gerador

UNIDADE 10 - Obrigação Tributária



UNIDADE 11 - Sujeitos da Obrigação

11.1 Sujeição Ativa

11.2 Sujeição Passiva

11.2.1 Disposições Gerais

11.2.2 Convenções Particulares

11.2.3 Solidariedade

11.2.4 Capacidade Tributária

11.3 Contribuinte

11.4 Responsável

11.4.1 Classificação e modalidades de responsabilidade

UNIDADE 12 - Domicílio Tributário

UNIDADE 13 - Responsabilidade por Infração

13.1 Administrativas

13.2 Penais

13.3 Denúncia Espontânea/Excludente de Responsabilidade

UNIDADE 14 - Crédito Tributário

14.1 Natureza do Crédito Tributário

14.2 Lançamento: modalidades de constituição do crédito tributário

UNIDADE 15 - Suspensão do Crédito Tributário

UNIDADE 16 - Extinção do Crédito Tributário

UNIDADE 17 - Exclusão do Crédito Tributário

UNIDADE 18 - Garantias e Privilégios do Crédito Tributário

UNIDADE 19 - Administração Tributária

19.1 Fiscalização

19.2 Dívida Ativa

19.2.1 Inscrição em dívida ativa e requisitos do termo

19.2.2 Certidão de Dívida Ativa: presunção de certeza e liquidez

19.3 Certidões Negativas

19.3.1 Certidão negativa de débitos

19.3.2 Certidão positiva com efeito de negativa

6. METODOLOGIA

Aulas expositivas sobre os conteúdos teóricos, com a utilização de material de apoio em formato de *slides*, bem como debates sobre decisões relacionadas ao tópico ensinado, casos práticos e questões controvertidas, além de disposição de estudos dirigidos para fins de fixação da matéria.

Além disso, será utilizada a plataforma Teams para a disponibilização de materiais complementares, para comunicação geral e ampla com a turma e para a entrega das atividades avaliadas.

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES



Este cronograma está sujeito a alterações, a depender do desenvolvimento das atividades e das necessidades da turma.

Os Estudos de Casos serão apresentados e discutidos em sala de aula no fechamento das unidades a seguir indicadas:

Estudos de Casos I: fechamento das Unidades 01 a 04 (10 pontos)

Estudos de Casos II: fechamento da Unidade 05, Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar (10 pontos)

Estudos de Casos III: fechamento das Unidades 06 a 13 (10 pontos)

Estudos de Casos IV: fechamento das Unidades 14 a 19 (10 pontos)

Cada um dos Estudos de Casos poderá ser composto por mais de um caso prático, distribuídos entre os grupos, conforme a extensão do conteúdo abrangido, mantida a pontuação total acima indicada.

As partes escritas dos Estudos de Casos deverão ser entregues até a noite anterior à discussão que será feita em sala de aula, por meio da plataforma Teams.

Os estudos dirigidos constituem instrumento de análise e fixação do conteúdo, não havendo atribuição de pontos. As questões constam ao final de cada unidade do material didático da disciplina e serão objeto de direcionamento geral em sala de aula, previamente a cada avaliação.

As datas das provas serão definidas ao longo do semestre.

Este plano está sujeito a alterações, conforme a necessidade.

7. AVALIAÇÃO

- 02 avaliações estilo prova, valendo 30 pontos cada (totalizando 60 pontos);
- 04 Estudos de Casos (cases), valendo 10 pontos cada (totalizando 40 pontos), assim distribuídos: 06 pontos para a parte escrita e 04 pontos para a apresentação e arguição em sala de aula;
- os estudos dirigidos não recebem pontuação, constituindo instrumento de análise e fixação do conteúdo.

Ao final, será disponibilizada uma avaliação de recuperação de nota, para aqueles discentes que não tiverem atingido 60 pontos, mas contarem com o mínimo de 75% de presença.

8. BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AMARO, Luciano. Direito Tributário Brasileiro. 26ª ed. São Paulo: Saraiva Jur. (atualizada conforme a EC n. 132/2023)

CARRAZZA, Roque Antonio. Curso de Direito Constitucional Tributário. 35ª ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: JusPodivm/Malheiros, 2024. (atualizada até a EC n. 132/2023, com anotações sobre a reforma constitucional tributária)



CARVALHO, Paulo de Barros. Curso de Direito Tributário. 34ª ed. São Paulo: Noeses, 2025. (atualizada conforme a EC n. 132/2023 e a LC n. 214/2025)

COSTA, Regina Helena. Curso de Direito Tributário: Constituição e Código Tributário Nacional. 16ª ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2026.

MACHADO, Hugo de Brito. Curso de Direito Tributário. Atualização de Hugo de Brito Machado Segundo. Salvador: JusPodivm, 2026. (atualizada conforme a Reforma Tributária)

PAULSEN, Leandro. Curso de Direito Tributário Completo. 17ª ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2026. (atualizada conforme a EC n. 132/2023, a LC n. 214/2025, a LC n. 224/2025 e a LC n. 227/2026)

PONTALTI, Mateus. Manual de Direito Tributário. Salvador: JusPodivm, 2026. (atualizada conforme a LC n. 214/2025, a LC n. 227/2026 e a LC n. 225/2026)

SCHOUERI, Luís Eduardo. Direito Tributário. 15ª ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2026. (atualizada conforme a LC n. 214/2025, a LC n. 227/2026, a Lei n. 15.270/2025 e a LC n. 225/2026)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ÁVILA, Humberto. Teoria dos princípios. 18ª ed. São Paulo: Malheiros, 2018.

_____. Segurança Jurídica: entre permanência, mudança e realização no direito tributário. 4ª ed. São Paulo: Malheiros, 2016.

_____. Sistema Constitucional Tributário. 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

_____. Teoria da igualdade tributária. 3ª ed. São Paulo: Malheiros, 2015.

ATALIBA, Geraldo. Hipótese de incidência tributária. 6ª ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

BALEEIRO, Aliomar. Direito Tributário Brasileiro. Atualização de Misabel Abreu Machado Derzi. 13ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

BECHO, Renato Lopes. Lições de Direito Tributário. Teoria Geral e Constitucional. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

BECKER, Alfredo Augusto. Teoria Geral do Direito Tributário. 6ª ed. São Paulo: Noeses, 2013.

CARDOSO, Alessandro Mendes. O dever fundamental de recolher tributos. Porto Alegre: Livraria dos Advogados, 2014.

CAIS, Cleide Previtalli. O processo tributário. 8ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

CARRAZZA, Roque Antonio. Reflexões Sobre Obrigação Tributária. São Paulo: Noeses, 2010.

CARVALHO, Paulo de Barros. Direito Tributário, linguagem e método. 6ª ed. São Paulo: Noeses, 2015.

_____. Direito Tributário: fundamentos jurídicos da incidência. 10ª ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

CARVALHO, Aurora Tomazini De. Teoria Geral do Direito Tributário. O Constructivismo Lógico Semântico. 3ª ed. São Paulo: Noeses, 2014.

COELHO, Sacha Calmon Navarro. Curso de Direito Tributário Brasileiro. 15ª ed. São Paulo: Forense, 2016.



CONRADO, Paulo Cesar. Processo Tributário. 3ª ed. São Paulo: Quartier Latin, 2012.

DERZI, Mizabel Abreu Machado. Modificações da Jurisprudência no Direito Tributário. 1ª ed. São Paulo: Noeses, 2009.

GAMA, Tácio Lacerda. Competência tributária: fundamentos para uma teoria da nulidade. 2ª ed. São Paulo: Noeses, 2013.

FERRAGUT, Maria Rita. Responsabilidade tributária e o código civil de 2002. 3ª ed. São Paulo: Noeses, 2013.

DUQUE, Felipe. Reforma Tributária Esquematizada: EC n. 132/2023, LC n. 214/2025 e LC n. 227/2026 comentadas. 3ª ed. Salvador: JusPodivm, 2026.

FLEISCHACKER, Samuel. Uma breve história da justiça distributiva. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

HARADA, Kiyoshi. Direito Financeiro e Tributário. 26ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2017.

HOLMES, Stephen e SUNSTEIN, Cass R. El costo de los derechos: por qué la libertad depende de los impuestos. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2012.

LEITE, Harrison. Manual de Direito Financeiro. 5ª ed. Salvador: Editora Juspodivm, 2016.

LINS, Robson Maia. Curso de Direito Tributário Brasileiro. 2ª ed. São Paulo: Noeses, 2022.

MARINS, James. Direito Processual Tributário Brasileiro. Administrativo e Judicial. 10ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

MACHADO, Hugo de Brito. Curso de Direito Constitucional Tributário. 2ª ed. São Paulo: Malheiros, 2015.

MACHADO SEGUNDO, Hugo de Brito. Reforma Tributária Comentada e Comparada: análise da EC n. 132/2023 e da LC n. 214/2025. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2026.

MACHADO SEGUNDO, Hugo de Brito. Manual de Direito Tributário. 16ª ed. São Paulo: Atlas, 2026.

PEIXOTO, M. M; LACOMBE, R. S. M. (Org.). Comentários ao Código Tributário Nacional. 2ª ed. São Paulo: MP, 2008.

MARQUES, Márcio Severo. Classificação Constitucional de Tributos. São Paulo: Max Limonad, 2000.

MURPHY, Liam e NAGEL, Thomas. O Mito da propriedade: os impostos e a justiça. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

NABAIS, José Casalta. O dever fundamental de pagar impostos. 2ª ed. Coimbra: Almedina, 2009.

OLIVEIRA, Regis Fernandes de. Curso de Direito Financeiro. 5ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

PISCITELLI, Tathiane. Direito Financeiro Esquematizado. 6ª ed. Forense/Método: São Paulo, 2017.

SABBAG, Eduardo de Moraes (org.). Código Tributário Nacional com interpretação jurisprudencial. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.



SANTI, Eurico Marcos Diniz de. Decadência e Prescrição no Direito Tributário. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

_____. Lançamento Tributário. São Paulo: Saraiva, 2010.

_____. (Org.). Curso de Especialização em Direito Tributário. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

TOMÉ, Fabiana Del Padre. A prova no Direito Tributário. 3ª ed. São Paulo: Noeses, 2011.

TORRES, Ricardo Lobo. Curso de Direito Financeiro e Tributário. 19ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Renovar, 2013.

VERGUEIRO, Camila Campos. Obrigação tributária. São Paulo: Quartier Latin, 2009.

9. APROVAÇÃO

Aprovado em reunião do Colegiado realizada em: ____ / ____ / ____

Coordenação do Curso de Graduação em: _____